



Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533

Volume 26 | nº 1 | 2021

Artigo recebido em: 31/05/2021

Aprovado em: 05/07/2021

Maria das Graças da Silva

[Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ, 2002), Socióloga, professora do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação (PPGED), Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFCS) da Universidade do Estado do Pará (UEPA)].

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-0614-4852>

Marinês de Maria Ribeiro

[Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Pedagoga e Professora da Rede Pública de Ensino Estadual e Municipal, respectivamente].

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3807-688X>

EDUCAÇÃO E AMBIENTE: SABERES QUE INFORMAM AÇÕES DO MOVIMENTO DOS RIBEIRINHOS DE ABAETETUBA - MORIVA/PA

Education and environment: Knowledge that informs the actions of the Rivesine Movement of Abaetetuba - MORIVA/PA

Resumo

Trata-se da problematização e análise da relação entre educação e ambiente, base das ações de um movimento social denominado Moriva que atua em contexto territorial ribeirinho na Amazônia Paraense. Visa analisar saberes socioambientais que emergem dessas ações. Resulta de uma pesquisa de abordagem qualitativa com o uso de entrevistas semiestruturadas, referenciada em autores cujos enfoques epistemológicos estão alinhados com o histórico-crítico, dialógico e transformador. Os resultados indicam que os saberes ambientais quando refletidos no contexto das lutas sociais se tornam um instrumento de educação política, indispensável para a gestão e conservação dos recursos naturais dos povos das águas.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Movimentos Sociais; Saberes Ambientais.

Abstract

This is the problematization and analysis of the relationship between education and the environment, the basis of the actions of a social movement called Moriva that operates in a territorial context in the Amazon of Pará. It aims to analyze socio-environmental knowledge that emerges from these actions. It results from a qualitative research with the use of semi-structured interviews, referenced in authors whose epistemological approaches are aligned with the historical-critical, dialogical and transformative. The results indicate that environmental knowledge when reflected in the context of social struggles becomes an instrument of political education, indispensable for the management and conservation of the natural resources of water peoples.

Keywords: Environmental Education; Social Movements; Environmental Knowledge.

Introdução

Na perspectiva de luta por um ambiente equilibrado, tanto a Educação Ambiental (EA), quanto os Movimentos Sociais (MS), enquanto campos de ação social têm em sua estrutura de organização práticas de atuação integradoras e dialógicas que se distinguem de padrões da ciência moderna de natureza abissais. Portanto, está na identidade das suas proposições a transformação das relações das pessoas com o mundo humano e geofísico. Ademais, ambos se mostram como processos estratégicos na formação de uma consciência crítica e de emancipação dos indivíduos (CARVALHO, 2001).

O conhecimento que vem sendo historicamente acumulado sobre a Educação Ambiental a conceitua como um processo pelo qual se busca ampliar a participação política das pessoas na consolidação da democracia plena (CARVALHO 2001; SANTOS 2003; GUIMARÃES 2000; REIGOTA 1994), o que nos leva a entender que ela não é somente um ato de transmissão de conhecimento sobre o ambiente, o que tornaria seus princípios e sua própria identidade um processo meramente mecânico, ou seja, ela perderia o seu sentido político, que é preparar/despertar as/nas pessoas a sua responsabilidade enquanto agentes sociais de intervenção, aqui entendidos (agentes sociais) a partir da concepção pós-estruturalista de Bourdieu (1997)

como seres que agem e lutam dentro de um campo de interesses, seres que mudam as estruturas por si mesmos.

Santos (2003) alerta, que para a Educação Ambiental se tornar um instrumento de práticas sociais, ela precisa ser em si uma democratização dessas práticas, o que não é uma tarefa fácil, visto que o conhecimento que a orienta precisa ser democratizado. A tese que o autor defende sobre a democratização do conhecimento, fundamenta-se na ideia de que o conhecimento científico não é o único produtor de racionalidade política e social, ou seja, para que se possa pensar em democratização do conhecimento, os saberes daqueles que são reprimidos e excluídos precisam ser respeitados e considerados.

Nesse sentido, as práticas sociais precisam estar também inseridas na democracia dos saberes, e a Educação Ambiental e os Movimentos Sociais têm um potencial para serem os mediadores da apropriação do conhecimento pela sociedade, para que esta se torne protagonista das transformações necessárias.

Na região insular de Abaetetuba o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba - Moriva tem assumido um lugar de destaque nesse processo, isto é, na promoção de práticas sociais voltadas para a transformação da realidade, assumindo o protagonismo frente às ações coletivas que objetivam a construção de valores e atitudes coerentes com a preservação e conservação do meio ambiente dos territórios ribeirinhos na Amazônia Tocantina, no Estado do Pará, que vêm ao longo dos anos resistindo aos danos socioambientais decorrentes dos grandes projetos desenvolvimentistas implantados na região, tais como o complexo ALBRAS/ALUNORTE, os portos para desembarque de grãos, que estão se estruturando no local e particularmente a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí), que ao realizar o barragem do rio Tocantins tem proporcionado a destruição do ecossistema local, direito social e essencial das populações que vivem no entorno e garantido na Constituição Federal de 1988 em seu capítulo V, artigo 225 que diz: “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,

impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A negação dessa norma de proteção positivada em nossa Carta Magna, nada mais é do que a negação do direito de participação efetiva dessas populações nas tomadas de decisão sobre as questões socioambientais que perpassam a sua realidade, haja vista que estes são os mais afetados por esses empreendimentos, o que configura evidente ilegalidade e ilegitimidade, considerando que a norma jurídica acima descrita foi criada para proteger os direitos que são inerentes às populações tradicionais, indispensáveis para que tenham uma vida digna.

Segundo Oliveira (2012), o direito dessas populações a um ambiente equilibrado é um direito humano que envolve as gerações futuras e não pode ser entendido de maneira isolada sendo indispensável sua universalização no contexto histórico, social e dos avanços da sociedade, e a conquista desse direito está diretamente atrelada às lutas travadas e protagonizadas pelo povo ao longo dos séculos.

Reigota (1994) também reflete nesse sentido inferindo que para a sociedade se tornar protagonista na luta por esse direito é necessária uma educação política que possa preparar as pessoas para intervenções sociais, na intenção de mudar as relações dos seres humanos entre si e destes com o meio ambiente construindo dessa forma uma perspectiva concreta de educação para as sociedades sustentáveis. Vale ressaltar que o termo sustentabilidade aqui, está para além de um meio ambiente equilibrado, mas nesse contexto, insere-se ao combate à pobreza, a garantia de moradia digna, saúde, segurança alimentar, democracia, respeito aos direitos humanos, paz, respeito à diversidade cultural e às comunidades tradicionais (PELICIONI, 2000).

Caldart (2002) ressalta que a luta dos movimentos sociais do campo pela proteção dos recursos naturais necessários ao bem estar das suas populações se constitui como fator fundamental para discussões e reflexões sobre as transformações socioambientais que tem acontecido nos seus territórios, que por suas naturezas demandam a necessidade de mobilização

dos sujeitos em prol dos seus direitos, pois nesse processo novos elementos são agregados, como os descritos acima.

As ações desenvolvidas pelo Moriva nas Ilhas de Abaetetuba foram motivadas pelas precárias condições de vida dos seus ilhéus provocadas principalmente pela escassez dos recursos naturais decorrentes da desestruturação socioecológica nas últimas três décadas ocasionadas pelos impactos da construção da UHE Tucuruí. Frente às condições ocasionadas por essas desestruturações, as comunidades locais rurais-ribeirinhas, em sua maioria, passaram a ter um olhar diferenciado para o meio ambiente, e por meio de vários processos de mobilização e resistência passaram a lutar pela sua conservação. É neste contexto de compreensão e reconhecimento de direitos que o Moriva se constitui como movimento social representante do povo ribeirinho das Ilhas de Abaetetuba.

A percepção e o reconhecimento de que a melhoria das condições de vida dos ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba está condicionada ao acesso manuseio e uso dos recursos naturais existentes no local, motivou a organização e o desenvolvimento de ações de natureza socioambiental que promovessem o efetivo envolvimento dos ribeirinhos na gestão dos recursos naturais, por meio de uma abordagem de valorização do saber local, que considera a sua história e fortalece a trama social, tomando como eixo principal a socio biodiversidade (RELATÓRIO DE AÇÕES DO MORIVA, 2008).

Dessa forma, baseado no conceito de sustentabilidade, esse movimento vem envolvendo diretamente os ribeirinhos em práticas de educação ambiental por meio de cursos, campanhas educativas, projetos, discussões participativas, entre outras, valorizando as boas práticas locais e promovendo a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos sociais que vivem nessa região.

Dentre as ações que o movimento desenvolve destacam-se os cursos em educação ambiental, manejo florestal comunitário, manejo de açazal nativo e em coleta seletiva e condicionamento do lixo. Este trabalho visa analisar saberes ambientais que emergem dessas ações, a fim de estabelecer um diálogo destes com o conhecimento científico e, desta forma, revelar o potencial pedagógico da relação entre Educação Ambiental e Movimentos

Sociais na construção ativa do conhecimento sobre a realidade ambiental e conservação dos recursos naturais entre povos e comunidades tradicionais.

Metodologia

As chamadas Ilhas do Baixo Tocantins e especialmente as que integram o município de Abaetetuba são trechos de terras formadas por mata de várzea, igapó e florestas de terra firme cercadas por uma densa rede hidrográfica de rios, igarapés e furos. A Ilha Quianduba é uma das 20 Ilhas que formam a região insular deste município do Estado do Pará. Territorialmente conforma-se como um espaço que recebe a influência diária e direta do fluxo das marés (maré alta e maré baixa). Os seus rios se configuram como canais de circulação que são utilizados cotidianamente pelos moradores como vias de deslocamentos e acesso para outras localidades e transporte e circulação da produção ribeirinha.

As transformações socioambientais ocorridas historicamente no território, embora tenham se efetivado de forma mais acentuada nas últimas três ou quatro décadas com a inserção de grandes projetos de desenvolvimento na região amazônica, iniciaram no período da colonização europeia por meio da monocultura da cana de açúcar voltada para as atividades aguardenteira (engenhos de cachaça), da prática oleiro cerâmica e, mais recentemente do extrativismo do açaí, que foram se consolidando como atividades econômicas históricas da Ilha Quianduba e de toda a região insular de Abaetetuba.

Após a extinção dos engenhos e a diminuição das práticas oleiras, o extrativismo do açaí predominou, cujo açazais deixaram de ser eminentemente nativos e se tornaram objeto de financiamentos por parte do Banco da Amazônia S/A, o que garante a prática de manejo das espécies nativas e a produção por meio do cultivo de mudas. Por meio dessas atividades os ribeirinhos têm promovido à apropriação dos seus territórios, posto que pautados numa relação intrínseca com a natureza desenvolvem suas práticas de trabalho, produzem sua existência material e dinamizam suas culturas socioambientais, muitas ainda pautadas em saberes da ancestralidade. Assim,

por meio de práticas e formas comuns de uso e manejo dos recursos naturais, principalmente na relação com o rio e a floresta, eles retiram os principais produtos para a produção de sua existência. E nessa convivência direta com a dinâmica e ciclos naturais, conformam sua formação humana e constroem saberes que dizem respeito à socio biodiversidade.

A vivência sócio territorial é produzida no cotidiano (LEFEBVRE, 1974), que se constitui por meio das formas de pensar e agir dos ribeirinhos por meio das diferentes formas de relação que estabelecem com a natureza pautada por valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos e que conformam e informam suas histórias de vida, selam cumplicidades, fortalecem suas identidades e o sentimento de pertença em relação ao território.

É nesse contexto que a apropriação do território vem se constituindo historicamente, o que revela um processo relacional no espaço e no tempo com a natureza, que precisa ser compreendido como uma construção em processo, que se (re)elabora por meio de intencionalidades e formas de relações histórico-sociais com o espaço material, que, por vezes, demanda conflitos socioambientais orientados por objetivos e interesses distintos: de um lado, a comunidade tradicional, que constrói seu modo de vida a partir de uma relação historicamente intrínseca com o rio, a floresta e áreas adjacentes, que se materializa por meio das práticas de atividades de pesca, da agricultura familiar e coleta dos produtos da floresta e do outro lado, os grandes projetos desenvolvimentistas, que com suas imposições político econômicas orientadas pela matriz de racionalidade moderna colonial capitalista, provocam alterações socioambientais na região (SILVA, 2007).

A presença de práticas de produção existencial e (re)produtivistas pautadas em outras racionalidades, por vezes se superpõe em determinados espaços e se refletem nas territorialidades e no cotidiano das comunidades locais, conformando a multidimensionalidade do vivido territorial na região que caracteriza diferentes formas de apropriação do espaço.

Como forma de enfrentar as problemáticas socioambientais que emergiram dessas formas diferenciadas de apropriação e uso do território por agentes

internos e externos, os ribeirinhos pautando-se nas percepções que orientam a sua compreensão sobre as relações ser humano e natureza e tendo como perspectiva a efetivação de um processo educativo socioambiental, começaram a se organizar em movimentos sociais com o propósito de buscar alternativas aos atuais desafios, construir formas de resistência a processos de colonização que insistem em se manter na Amazônia, especialmente no que diz respeito à apropriação dos recursos naturais em bases socioeconômico e ambientalmente insustentáveis. É nesse contexto de defesa da região insular do município de Abaetetuba e na luta pela regularização fundiária que o Moriva se constituiu, e nas suas formulações e ações passou a fazer a defesa de outras perspectivas socioambientais e de relações ser humano e natureza no contexto das quais a educação está incorporada como uma dimensão importante.

Assim, os resultados que são discutidos neste artigo foram construídos por meio de uma pesquisa de campo embasada nos pressupostos teóricos e metodológicos da abordagem qualitativa, orientada por procedimentos da prática etnográfica (GEERTZ, 1989). A produção dos dados foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, de fontes documentais, observação participante e entrevistas semiestruturadas realizadas com lideranças do Moriva: presidente, ex-presidente e outros sujeitos que trabalharam tanto na organização quanto na execução das ações.

A construção da realidade das ações foi baseada não só nessas entrevistas, mas em entrevistas com outros membros do grupo e observações no campo de pesquisa, as quais permitiram experienciar e compreender o fenômeno a partir das perspectivas dos envolvidos no processo. Por meio das entrevistas buscou-se compreender o processo de organização do Movimento em torno das ações, as metodologias utilizadas para o seu desenvolvimento, a preparação e gestão das reuniões, dos cursos, das campanhas e demais atividades desenvolvidas.

Paralelamente ao trabalho de campo no Movimento, realizou-se entrevistas com alguns moradores da Ilha Quianduba que participaram das ações desenvolvidas pelo Moriva, visando explorar o máximo de informações

necessárias que pudessem responder ao que estávamos problematizando neste estudo, e ao mesmo tempo, ter-se o máximo de aproximação com a realidade e o fenômeno da pesquisa.

Para a análise dos dados produzidos foi utilizada a proposta de Bardin (1977), que busca categorizar as palavras ou frases repetidas no texto expresso pelo sujeito. Dentre as técnicas de análise de conteúdo empregamos a análise categorial, que considera o texto como um todo, sendo analisada a presença ou ausência de itens de modo a classificá-los e quantificá-los.

A cartografia foi utilizada como método no sentido de mapear e melhor compreender os fenômenos sociais em estudo através de uma reflexão epistemológica sobre as experiências e saberes locais, cujos métodos da racionalidade científica da ciência moderna tem subsumido e silenciado. O mapeamento coloca em discussão saberes que orientaram e/ou orientam as experiências de luta, formação e resistência do movimento, numa perspectiva de superação do formalismo metodológico da ciência moderna que compreende o saber científico como a única possibilidade de compreender e interpretar a realidade (DELEUZE & GUATARRI, 1995).

Formação no Campo Ambiental desenvolvida nas ações do Moriva

Em relação às experiências que tratam da formação dos sujeitos que integram o Moriva, um dos objetivos das ações por ele coordenada consistiu em oferecer práticas formativas aos seus integrantes na perspectiva de contribuir para uma percepção mais ampliada das problemáticas socioambientais que têm historicamente comprometido a sustentabilidade dos recursos naturais de uso comum nas diferentes territorialidades insulares.

Neste contexto formativo foi trabalhada uma proposta pedagógica cujo foco estava assentado na dialogicidade referenciada na reflexão dos participantes sobre a sua prática cotidiana e suas relações com o ambiente, tendo como eixo central a problematização das questões socioambientais que perpassam a realidade dos sujeitos, assumindo, portanto, uma dimensão

participativa, flexível e investigadora (RELATÓRIO DE AÇÕES, MORIVA, 2008).

Por meio do desenvolvimento desta proposta pedagógica o Moriva objetivou contribuir com a formação dos seus integrantes e o fortalecimento de suas experiências sobre saberes socioambientais, organização social, por acreditar na possibilidade da efetivação da melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos que habitam os territórios insulares de Abaetetuba.

Nesse sentido, o processo de formação caminhava na direção de construir outras formas de perceber a realidade, diferente daquelas impostas pelo modelo capitalista e seus aliados, que pautados numa visão eurocêntrica, concebem o rural/ribeirinho como um espaço atrasado. Assim, a construção de uma relação sustentável entre os ribeirinhos e a natureza e seus recursos de modo que pudessem assumir a responsabilidade de enfrentar no coletivo a negação das exigências que o atual modelo de desenvolvimento impõe às realidades locais e seus recursos territorializados se tornou um desafio para o Moriva.

Tal perspectiva exige esforço constante de todas as instituições sociais, especialmente dos grupos sociais organizados do campo, não somente no enfrentamento das políticas de desenvolvimento que são impostas às realidades locais, como também no sentido de assumirem o protagonismo de um novo modelo de desenvolvimento pautado em outras formas de relação com a natureza e seus recursos, que dê conta da pluralidade de experiências das comunidades locais que se constroem por dentro.

Epistemologicamente, pode-se considerar que as formações promovidas pelo Moriva dão conta de um campo prático, em que as práticas e saberes dos sujeitos são problematizados na perspectiva de construir possibilidades de reinvenção e resistência às formas predatórias de apropriação e uso dos recursos naturais por agentes externos e que têm comprometido à permanência dos estoques naturais e/ou sobrevivência de espécies.

Para os sujeitos participantes da pesquisa o diferencial na formação oferecida pelo Moriva está no fato de ter sido construída com os participantes dos cursos, que nesse caso, não foram considerados como meros executores

de decisões alheias, mas, reconhecidos como sujeitos sociais com capacidade de refletir e decidir conforme evidenciado a seguir:

Eu aprendi muita coisa no curso de manejo de açaizal nativo, mas também eu ajudei bastante, porque eu já tenho um pouco de experiência nisso e o professor dava oportunidade pra gente falar aquilo que a gente sabe. Eu gostei muito por causa disso, porque não foi uma coisa assim forçada, a gente aprendia todos juntos. Cada um falava como era que fazia o seu manejo e a gente ia assim, um ensinando o outro. A gente falava da prática e o professor falava da teoria e deu muito certo porque quando o professor via que o que a gente faz no açaizal prejudica, ele explicava porque a gente não pode fazer, ele usava a teoria pra explicar, porque se a gente ler num livro a gente não vai entender, mas o professor explicando na prática fica mais fácil (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Verifica-se na proposta de formação desenvolvida pelo Moriva uma tentativa muito interessante da parte dos professores que ministraram os cursos, de construir alternativas metodológicas para que os ribeirinhos se percebessem como sujeitos históricos do processo educativo, capazes de construir o próprio conhecimento com base na análise de sua realidade. Percebe-se a valorização dos mesmos enquanto sujeitos capazes de dialogar criticamente com a realidade e com o mundo. Constrói-se aqui uma possibilidade nova de educação a partir das necessidades e demandas da realidade socioambiental em relação a preservação dos bens naturais de uso comum.

Contudo, ficou evidente que esse processo de construção de novas alternativas de manejo e uso dos bens naturais territorializados trabalhado nos cursos de formação do Moriva, baseado na perspectiva da sustentabilidade socioambiental no contexto da qual os métodos de manejo empregados minimizam os danos que comprometem a sustentabilidade dos bens naturais, ainda não é bem compreendido por uma grande parte dos moradores, especialmente por aqueles que não participaram das formações, e que insistem no desenvolvimento de práticas que de alguma forma agredem o ciclo biológico dos bens naturais, particularmente àqueles de uso comum.

A gente que fez os cursos fala pra eles que tem outras maneiras de fazer manejo, mas eles têm a maneira própria

deles, não tem jeito, nós só passamos a pensar de outro jeito porque a gente viu como é que funciona a coisa. A gente mostra pra eles, conversa como era antigamente e como foi mudando porque ninguém se preocupava ninguém sabia o que era preciso fazer pra que não ficasse do jeito que está, que hoje, né, a gente já está sentindo a falta, imagina os nossos filhos, os nossos netos, se não mudar a situação. Se a gente continuar usando os recursos do mesmo jeito, coitado desse pessoal. Mas eles não entendem, ou não querem entender (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Nessa perspectiva, as formações oferecidas pelo Moriva funcionam também como articuladoras de novas alternativas econômicas, cujos resultados buscam assegurar melhorias para as famílias que delas participam, associando as necessidades da sustentabilidade socioambiental com as necessidades da produção da existência da vida humana, pois a partir da geração de novos processos de manejo dos recursos naturais, novas relações entre sociedade e natureza se constituem, fundadas na necessidade da compreensão de que ambas se relacionam de forma interdependente (CARVALHO, 2004).

Dessa forma, a análise do processo de formação oferecido pelo Moriva apresentado como articulador de novas relações entre os ribeirinhos e a natureza impõe-nos a considerar a adoção de uma relação de estrita proximidade entre educação e gestão socioambiental, do que se pode concluir que para o Moriva as formações se justificam pela contribuição a esse processo de gestão, ou seja, a especificidade das formações se constitui em virtude de sua vinculação à geração desses processos de gestão que possibilitam tanto a sustentabilidade socioambiental dos bens, quanto à produção de outras e/ou novas alternativas econômicas que dão suporte para produção da existência humana das comunidades locais.

Outro aspecto presente na análise sobre as formações refere-se a sua vinculação com a necessidade de construção de uma nova racionalidade socioambiental, o que pode se considerar bastante ambicioso. Apesar de não se apresentar nos Relatórios de Ações do Movimento nenhuma referência específica às formulações teóricas que originam a perspectiva da racionalidade ambiental, como formulada por Leff (2006), percebe-se nas narrativas dos

sujeitos descritas em textos acima, uma aproximação conceitual, na medida em que para Leff, a racionalidade ambiental é entendida como:

[...] o ordenamento de um conjunto de objetivos, explícitos e implícitos; de meios e instrumentos; de regras sociais, normas jurídicas e valores culturais; de sistemas de significação e de conhecimento; de teorias e conceitos; de métodos e técnicas de produção. Esta racionalidade funciona legitimando ações e estabelecendo critérios para a tomada de decisões dos agentes sociais; orienta as políticas dos governos, normatiza os processos de produção e consumo e conduz as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais para os fins de desenvolvimento sustentável equitativo e duradouro (LEFF, 2006, p. 127).

O entendimento do processo de formação oferecido pelo Moriva como instrumento para a construção de uma racionalidade ambiental indica, na mesma medida, que o desenvolvimento de ações educativas pode se constituir como suporte a este processo.

Em se tratando de uma ação inserida na dinâmica de um movimento social como o Moriva, que visa o desenvolvimento de novas formas de relação produtiva com a natureza e considerando o componente ambiental como importante, pode-se perceber, que o caráter dessas formações revela a necessidade de sua inserção em todas as ações do Movimento. Tal percepção sugere a construção de um enfoque ampliado de Educação Ambiental relacionado com os processos de gestão em todas as suas esferas, e essa inserção transversal comporia a possibilidade de encontro entre várias racionalidades.

Outro aspecto presente na análise sobre o processo de formação do Moriva é a indicação de uma vinculação desse processo com o aumento da participação social dos sujeitos na comunidade em prol da melhoria das problemáticas socioambientais que perpassam a sua realidade.

Nos cursos eu aprendi muita coisa, não foi só sobre a questão do manejo. Por exemplo, antigamente, eu não concordava com certas coisas, mas eu não tinha conhecimento e por isso eu ficava calado. Agora, depois que eu participei dos cursos, eu não fico mais calado. Agora eu participo mais das reuniões, dos eventos que tem na cidade, eu participei de uma audiência pública que teve aqui e falei aquilo que nós estamos precisando, porque eu aprendi que se a gente não lutar, a

gente não consegue nada (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Essa narrativa revela o processo de formação do Moriva como elemento gerador de melhores condições de intervenção política dos sujeitos envolvidos com sua realização. Isso significa que os objetivos do processo de formação do movimento precisam estar sempre em plena conexão com a geração de novos instrumentos de qualificação da participação dos sujeitos sociais. Nesse sentido, verifica-se uma relação entre esses pressupostos e a discussão da formulação de novas perspectivas de cidadania, ou seja, uma formação que possa fortalecer a intervenção dos sujeitos sociais em sua condição de cidadãos emancipados (FREIRE, 2000).

Outro fator importante a considerar implica a compreensão de que o processo de formação oferecido pelo movimento mantém uma estrita relação com as mudanças qualitativas em nível de percepção dos problemas socioambientais. Trata-se de uma compreensão de educação voltada à conservação socioambiental que considera a valorização dos bens naturais, na mesma medida em que se estabelece a valorização dos sujeitos humanos, vistos como parte da natureza.

Eu posso dizer mesmo que foi no curso de manejo que eu entendi muita coisa. Porque, assim, eu sempre vivi do açaí, o açaí é o meu ganha pão. O que eu sei de manejo eu aprendi com o meu pai, mas nós nunca fizemos manejo assim como eu aprendi no curso, o nosso manejo era aquele manejo ralo, a gente tinha medo de tirar os paus do meio do açãizal, as árvores a gente só tirava quando estava muito alta que ninguém queria mais subir nelas, e eu achava que tava certo, que era assim. Outra coisa, o camarão, eu nunca me preocupei com o aningá e com o turiá¹, eu queria saber era de tirar da beira do rio porque ficava empatando, eu não queria saber se isso ia prejudicar o camarão, o peixe. Agora, eu tenho mais consciência porque eu aprendi que tem outras maneiras da gente fazer as coisas, que a gente tem que ter responsabilidade com os outros também (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

As proposições do entrevistado aproximam-se das discussões da complexidade ambiental, que segundo Leff (2001, p. 22) pode ser compreendida como:

¹ Espécies nativas da mata ciliar do ecossistema de várzea na Amazônia Tocantina.

[...] uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer; sobre a hibridação do conhecimento na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade; sobre o diálogo de saberes e a inserção da subjetividade dos valores e dos interesses na tomada de decisões e nas estratégias de apropriação da natureza (...) implica uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas para construir um novo saber e uma nova racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de equidade, de democracia. É um reconhecimento do mundo que habitamos.

Observa-se, portanto, que existem grandes possibilidades de articulação entre os pressupostos teóricos do autor e as práticas desenvolvidas no processo de formação oferecido pelo Moriva, que mesmo convivendo com um número considerável de problemas e dificuldades que vão desde a ausência de um acompanhamento por parte do poder público, até problemas de convivência com a comunidade, consegue construir uma dinâmica consequente em relação à inserção da dimensão socioambiental nas práticas de uso e manejo dos recursos naturais, significando que sob essa análise, o processo de formação desenvolvido pelo movimento pode ser considerado como potencializador de melhorias e gerador de possibilidades concretas de busca de sustentabilidade, por meio da resignificação das práticas de manejo, especialmente do manejo do açai, ao menos nos aspectos estritos da educação não formal.

Saberes Ambientais revelados nas Ações do Moriva

Neste subitem sistematiza-se e analisa-se saberes ambientais que emergem das ações do Moriva, e para dar conta desta perspectiva analítica, decidimos optar pela elaboração de uma cartografia de saberes como instrumento teórico-metodológico relevante para demonstrar as multiplicidades e conexões da vivência cotidiana dos ribeirinhos nas ações.

Nesta perspectiva, buscamos na cartografia rizomática de Deleuze e Guattari (1995) os fundamentos teóricos que embasam tal proposta epistemológica, posto que se avalia que a dinâmica vivenciada pelos ribeirinhos no cotidiano das ações é um processo de produção de conhecimento expresso por um conjunto de informações objetivas e subjetivas.

Busca-se dessa forma construir aproximações e diálogo entre as experiências, interesses, desejos e saberes de sujeitos das comunidades e as suas possibilidades de criar, inventar e intervir em seus territórios.

Na perspectiva rizomática, mapear significa entender a realidade a partir de diversos pontos de vista, não estabelecer limites fixos entre aquilo que se conhece e o que se projeta do real que é relativo, multivisional. É como um conceito que é constantemente transformado, um processo do porvir em curso, inacabado; não se restringe às marcações visíveis do espaço físico como na geografia, são paisagens e processos que são subjetivados e distorcidos nas práticas culturais; dito de outra forma, mapear é um processo contínuo que nunca se esgota, é captar a vida onde ela está acontecendo.

A seguir está sistematizado e analisado alguns saberes relacionados ao campo socioambiental inscritos nas ações do Moriva. Eles dão conta de algumas dimensões que informam esses saberes.

O saber perceber o ambiente

Ribeiro (2003) ao analisar as concepções de natureza estabelecidas pela sociedade infere que a percepção é desenvolvida por meio da funcionalidade dos órgãos dos sentidos, ou seja, ela ocorre no momento em que as atividades dos órgãos dos sentidos estão associadas às atividades cerebrais. Dessa forma, o significado que os estímulos sensoriais despertam é o que distingue a forma como cada indivíduo compreende a realidade em que está imerso.

Tais significados estimulados nos seres humanos representam valores que são atribuídos de acordo com a cultura, a história, a idade, o sexo, a educação, a erudição, a classe social, a economia, a política, a religião, a individualidade, as preferências, as atitudes e as atribuições do meio ambiente (RIBEIRO, 2003).

Em outras palavras, a nossa percepção sobre o ambiente é orientada por valores que construímos a partir de nossa vivência humana no ambiente em que estamos inseridos. É do nosso relacionamento com o ambiente que emerge a percepção.

Em sintonia com esta concepção de como se processa a percepção sobre o ambiente e tomando como parâmetro as experiências vividas pelos ribeirinhos nas ações socioambientais do Moriva, foi possível verificar que os ribeirinhos são portadores de saber um relativo ao “saber perceber o ambiente”. Um saber que pode ser definido como sendo uma tomada de consciência pelos ribeirinhos participantes das ações do Moriva sobre o seu ambiente, ou seja, trata-se de um ato consciente de perceberem o ambiente em que estão inseridos, ao mesmo tempo em que aprendem a proteger e a cuidar dele, desenvolvendo outras formas de com ele se relacionar (PANCERI, 1997).

Quando interrogados sobre como percebem o ambiente em que estão inseridos, cada entrevistado expôs sua forma de enxergar, interpretar e se relacionar com o meio ambiente. As respostas evidenciam a percepção do antes e do depois de participarem das ações do Moriva.

Pra mim o ambiente é o nosso espaço aqui na Ilha. Esse espaço que está a cada dia sendo mais degradado, que está a cada dia sendo modificado por nós mesmos que moramos aqui. Porque cada trabalho que vai surgindo, vai modificando o ambiente, por exemplo: o trabalho nos engenhos teve a sua parte positiva, mas também teve a negativa que modificou muito o ambiente, principalmente com o desmatamento pra fazer os roçados pra plantar cana, depois vieram as olarias, que também modificaram com a extração do barro, teve também muito desmatamento, agora o açai, a primeira vegetação a gente não vê mais. É assim, em cada período a gente interfere no ambiente de uma maneira. Antes de participar das ações do MORIVA, eu não me preocupava muito com isso, porque, sabe como é, a gente vive a vida da gente, é tanta coisa que às vezes a gente não se preocupa com essas coisas. Mas, quando a gente para pra discutir, pra pensar sobre a nossa situação, como era no passado e como é hoje, a gente percebe que se as coisas estão desse jeito, é porque nós temos muita culpa nisso também (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

A narrativa revela que antes dos entrevistados participarem das ações não se viam como partícipes do ambiente e se consideravam como alheios a sua própria identidade, o que contribuiu para ampliar as problemáticas ambientais e socioambientais existentes na comunidade, pois devido esses sujeitos não terem uma compreensão mais holística sobre o meio ambiente em

que vivem, reconhecem que desenvolviam práticas predatórias ao ambiente, justamente pela ignorância de suas consequências.

Segundo Morin (2000, p. 15), as pessoas têm falta de conhecimento do presente e têm a ilusão de pensar que o conhecem o suficiente só porque vivem nele. O conhecimento do meio ambiente não é algo que encontramos pronto “é um tipo de conhecimento construído através de alternativas buscadas pelo diálogo entre as diferenças e na intercessão dos contrários, na diversidade de todas as ordens, no erro, no acerto e no conflito entre a racionalidade e a subjetividade”.

As narrativas também indicam que a participação nas ações do Moriva possibilitou uma percepção mais abrangente sobre o ambiente em que vivem. Em cada descrição é notório que os entrevistados se percebem de forma indissociável do seu entorno, compartilhando-o com os demais seres vivos, que se unem por interesses comuns, ou seja, eles não estão mais alheios ao ambiente como também não estão excluídos dos seus princípios de identidade.

Segundo os princípios de rizomas abordados por Deleuze e Guattari (1995), a realidade pode ser desvelada a partir de diversos pontos de vista, não existem limites fixos entre aquilo que se concebe e o que se projeta do real, pois o real é relativo, é multivisional, é como um conceito que é constantemente transformado.

Nessa perspectiva, é possível vislumbrar que a mudança de concepção dos entrevistados em relação ao meio ambiente pode ser compreendida como um processo de construção do conhecimento que segue um caminho não definido, pautado na subjetividade das relações de participação onde são construídos saberes que nascem do processo de reflexão acerca de suas práticas e/ou modos de vida.

Tal processo é de fundamental importância para a construção de uma nova racionalidade ambiental, que conforme explica Carvalho (2004), pode abrir precedentes para uma nova visão sobre o estatuto do real e do conhecimento, ou seja, uma visão que busca superar as dicotomias entre natureza e cultura, entre sujeito e objeto, a fim de compreender a realidade como fruto do entrelaçamento desses mundos.

Ao analisar a dimensão criadora da “racionalidade compreensiva”, Carvalho (2004) ressalta a ampliação de sentido que esta traz para a educação ao explicitar a visão explicativa da ciência normativa, a qual afirma que a educação se dá a partir dos ditames da cientifização que empobrecem a experiência formativa condicionando o processo de ensino e aprendizagem as imposições técnicas e objetivas, e a noção compreensiva de uma postura interpretativa, a qual indica que tal processo é uma experiência do próprio sujeito que se realiza pela linguagem.

Dessa forma, é possível considerar que as experiências pautadas nas ações desenvolvidas pelo Moriva e analisadas neste texto, se constituem como espaços onde são desenvolvidos processos educativos, que envolvem uma diversidade de sujeitos da comunidade que vivenciam as formações. Trata-se de um educativo:

que têm o protagonismo pedagógico de homens, mulheres e até mesmo de jovens, diferentes sujeitos que estão envolvidos com processos de formação humana, cuja aprendizagem se efetiva em ambientes não escolares informais, com base em atos de convivências colaborativas de formação por meio da observação e/ou atenção e também de recursos discursivos da oralidade (SILVA, 2001, p. 125).

Nessa perspectiva, podemos dizer que a construção de uma nova racionalidade ambiental depende de uma concepção esclarecida de meio ambiente, pois os sujeitos sociais só podem valorizar a questão ambiental a partir do momento que podem também entendê-la. O que remete a importância de ações em Educação Ambiental de natureza crítica e transformadora para que possam contribuir para tornar as pessoas mais esclarecidas e, assim, poderem de forma consciente e cidadã se posicionarem em relação a projetos de desenvolvimento que lhe dizem respeito e que incluam formas de apropriação do meio ambiente e que possam modificar as suas vidas e de suas comunidades.

Saber do reconhecimento do erro

De acordo com as narrativas dos entrevistados, outra dimensão de saber está associada à questão do reconhecimento do erro como uma

estratégia pedagógica voltada para processos que favoreçam a aprendizagem. Para Morin (2005, p. 410) o reconhecimento do erro também faz parte do processo de aprendizado, “podemos tirar uma lição do erro (isto também é aprender)”. Dessa forma, o erro, desde que identificado, pode ser alterado.

Por conseguinte, podemos dizer que o reconhecimento do erro é a primeira lição que aprendemos quando o nosso fazer diário é questionado, isto é, se as nossas atitudes são corretas ou não. É o reconhecimento do erro que nos leva a refletir sobre a importância de nossas ações no ambiente em que vivemos. E as narrativas dos entrevistados revelam formas de reconhecimento do erro como um aprendizado adquirido na vivência cotidiana nas ações do Moriva.

[...] Eu entendi que vinha fazendo coisas erradas (Entrevistado 1). Antes, eu cortava todo o aninál, todo o turiá da frente da minha casa, porque eu não gostava de ver mato na frente, mas hoje, eu vejo que é necessário ficar o mato né, porque se não o camarão acaba (Entrevistado 2). O meu erro foi ter cortado todas as árvores de seringueira do meio do meu açazal, hoje, no caso né, não faço mais isso, porque o verão é muito forte e o açaí seca na árvore (Entrevistado 3).

Percebe-se, dessa forma, que o reconhecimento do erro trouxe para alguns participantes das ações a possibilidade de mudanças no modo de se relacionar com o meio ambiente, ou seja, essas pessoas passaram a agir de forma mais cuidadosa em relação às formas de manejo e uso dos recursos naturais. As narrativas indicam também que a partir do momento que esses sujeitos auto reconheceram as atitudes lesivas que vinham praticando em relação ao seu contexto, passaram a sentir a necessidade de agir de outra forma. Isso significa que o reconhecimento do erro produz reflexos que afetam tanto a vida individual (de cada família), quanto à vida coletiva (de toda a comunidade).

Pedagogicamente, pode-se considerar que o erro passou a ser parte integrante dos processos de formação e do conhecer, pois de acordo com Morin (2005) o nosso conhecimento sobre o mundo se dá a partir de uma relação viva e dinâmica com o próprio mundo. O autor infere que o reconhecimento do erro remete a atitudes éticas. Por essa perspectiva, os sujeitos que participaram das ações do movimento, ao atribuírem sentido aos

erros que praticavam, passaram a agir de outra forma, superando aquelas consideradas como lesivas ao ambiente, passando então, a exercitar uma responsabilidade ética no meio em que vivem.

Esse processo de construção de conhecimento vivenciado por esses sujeitos é descrito por Morin (2005, p. 29) como um processo complexo, que envolve múltiplas faces, pois permite compreender a dinâmica complexa dos saberes locais ao mesmo tempo em que expõe a multidimensionalidade do ato cognitivo.

O conhecimento não é insular, mas peninsular, e, para conhecê-lo, temos que legá-lo ao continente do qual faz parte. O ato de conhecimento, ao mesmo tempo biológico, cerebral, espiritual, lógico, linguístico, cultural, social, histórico, faz com que o conhecimento não possa ser dissociado da vida humana e da relação social. Os fenômenos cognitivos dependem de processos infra cognitivos e exercem efeitos e influências metacognitivos.

Assim, pode-se considerar que o conhecimento construído pelos ribeirinhos da Ilha Quianduba, a partir do reconhecimento do erro é uma síntese desse processo descrito por Morin. Os saberes desenvolvidos, condensados e incorporados como ferramentas cognitivas são as estratégias e ferramentas que se valem as comunidades rurais-ribeirinhas para responderem aos problemas socioambientais que conformam as suas realidades sócio territoriais. Pelas afirmações de Morin, constata-se que a relação entre ser humano e natureza é marcada por conflitos, contradições, erros e acertos, longe de um equilíbrio que alguns querem associar a esta relação.

Nesse sentido, a aprendizagem não ocorre somente com os acertos, os erros também, quando identificados, ao invés de serem vistos como condição negativa, podem favorecer uma revisão nas ações para a busca de acertos.

Saber cuidar do ambiente

Outro saber importante que está inscrito nas narrativas e práticas dos ribeirinhos é o cuidado com o ambiente, que surge a partir do entendimento da importância de se cuidar dos recursos naturais, dos quais dependem para a produção da existência.

Carvalho (2004) afirma que este cuidado emerge quando nos damos conta da importância de um atuar que não compromete a capacidade dos ecossistemas de se autorregenerarem, quando compreendemos a sua importância para a vida humana, quando reconhecemos que a vida das gerações futuras depende das nossas atitudes.

Contudo, a autora esclarece que esse cuidado só surge efeito quando emerge a partir do interior do ser humano, como um imperativo ético de responsabilidade com a continuação da vida humana e de nós mesmos. Quando ele emerge de uma imposição legal, assume um significado mecânico, ou seja, como se estivéssemos prestando um favor a alguém, logo, é um cuidado passageiro, só existe enquanto nos sentimos devedores.

A narrativa a seguir demonstra que a participação dos ribeirinhos nas ações do Moriva parece ter possibilitado o aprendizado sobre a importância de cuidar do ambiente em que estão inseridos.

Tem que ter cuidado né, porque se não, todo mundo vai desmatar, e aí, como vai ficar? Se todo mundo pesca no período do defeso, o camarão vai acabar, nossos netos não vão nem saber o gosto de um camarão. Se todo mundo cortar as árvores de aningueira, de turiá, da beira do rio, onde é que o camarão vai se reproduzir? Se todo mundo tapar os igarapés com timbó, onde esses peixes vão desovar? Se todo mundo jogar lixo no rio, o que vai ser de nós, não vamos mais ter água boa nem pra tomar banho né, imagine pra beber (Morador da ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Percebe-se na narrativa do entrevistado que o saber cuidar do ambiente parece ter surgido da compreensão de que a escassez dos recursos naturais no local decorre da colonização predatória, mas também reflete em certa medida, embora de forma incomparável em relação à presença da grande propriedade, dos grandes projetos e da monocultura, a falta coletiva de cuidado com o ambiente natural.

Ao se dar conta desse contexto que revelam formas de degradação ao ambiente, os sujeitos locais passaram a incorporar a preocupação com o futuro do território. Eles passaram a compreender que o ambiente do qual fazem parte é influenciado por suas ações que precisam se efetivar de forma sustentável, caso contrário, terão repercussões desastrosas para a sua vida e da comunidade como um todo.

Segundo Morin (2005), todo conhecimento só adquire sentido, quando situado em um determinado contexto, isto é, quando concebido em relação à inseparabilidade com seu meio ambiente cultural, social, econômico, político, natural e outros. É preciso uma relação de reciprocidade entre o todo e as partes para que se possa compreender como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação no todo repercute nas partes.

Assim, quando o ribeirinho compreende que a sua intervenção no ambiente pode trazer prejuízo tanto para ele (geração presente) quanto para as outras pessoas (geração futura), ocorre um aprendizado que Morin (2005) chama de “pertinente”, como sendo aquele capaz de enfrentar a complexidade dos fenômenos, ou seja, é um aprendizado que constrói valores, o qual é fundamental para guiar a nossa compreensão e visão de mundo, e serve de referência para as nossas ações cotidianas.

Tal aprendizado abordado pelo autor parece ter proporcionado para alguns dos participantes das ações a capacidade de julgamento, possibilitando a construção de valores, normas e princípios, gerando atitudes benéficas que se manifestam através do cuidado com o ambiente.

Com relação à ignorância de alguns moradores do local às ações lesivas ao ambiente natural, Carvalho (2004) enfatiza que a mesma é decorrente da cultura do meio em que se vive, uma vez que o ser humano quando vem ao mundo, vem com possibilidades de ser e fazer, a partir dos significados que elabora, das interações que desenvolve em seu contexto e das circunstâncias ambientais vivenciadas, as quais refletem nas atitudes que toma na vida.

Algumas narrativas revelam que os moradores antigos da comunidade possuíam uma relação de cuidado muito profunda com o ambiente, zelo este repassado aos filhos. Entretanto, hoje, esse processo não está se dando mais da mesma forma.

Eu aprendi a cuidar do ambiente com o meu pai. Meu pai era um homem muito chegado com a natureza, ele nos ensinava pra todos nós as coisas que a gente podia e não podia fazer. me esqueci. Hoje, a gente percebe que os pais não estão se preocupando mais em ensinar esse cuidado para os filhos, e com isso a gente vê que cada um faz do jeito que quer, porque

uma coisa eu digo: como é que a gente pode querer que os filhos da gente façam o que é certo se a gente não ensinar? (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Silva (2007) analisando sociologicamente a vida cotidiana de povos tradicionais amazônicos explica que a transmissão do conhecimento entre essas populações é feita principalmente por meio da oralidade, ou seja, o conhecimento é passado no dia a dia durante diversas atividades que são efetuadas pelos grupos, o que faz com que a transmissão entre gerações requeira contato intenso e prolongado dos membros mais velhos com os mais novos. Entretanto, segundo a autora, em muitas comunidades, principalmente aquelas que já possuem um contato maior com a tecnologia, esse modo de transmissão está se perdendo, o que é muito prejudicial, pois a oralidade além de fornecer uma boa compreensão, fortalece uma relação de pertencimento, posto que geralmente a transmissão ocorre no momento em que as atividades estão sendo realizadas, ou seja, é uma forma de conhecimento que se dá na vivência prática.

Dessa forma, a abordagem da autora vem afirmar que o saber construído a partir da relação prática que as pessoas desenvolvem com seu mundo natural é fruto de uma educação própria sem livros ou professores, uma educação prática que é capaz de desenvolver saberes ambientais práticos, que somente são possíveis porque existe uma constante leitura, compreensão e aproveitamento adequado da natureza e do espaço local.

Saber agir preventivo

Outro saber sistematizado está relacionado a um agir preventivo, que segundo Milaré (2000) está associado aos conceitos de afastamento do perigo e segurança de vida das gerações atuais e futuras. Tal princípio se traduz na necessária proteção da existência humana, seja pela proteção de seu meio ambiente, como também pela garantia da integridade da vida humana. Em outras palavras, a premissa básica do princípio da prevenção é reduzir ao máximo possível os eventuais impactos que por ventura uma atividade possa causar. As narrativas dos entrevistados indicam uma preocupação preventiva com o equilíbrio do ambiente natural.

Depois que eu entendi a responsabilidade que nós temos com os nossos recursos naturais eu comecei a fazer as coisas de uma maneira diferente. Por exemplo: eu já tenho a consciência de que se eu pescar no período do defeso, mesmo que seja só para o consumo, eu estou prejudicando a mim mesmo, as pessoas que vêm depois de mim, os meus netos, bisnetos, porque eu sei que respeitar o período de defeso é uma maneira de prevenir que eles não sofram no futuro. (...) Eu sempre falo para os meus filhos quando eles vão pescar: se vocês pegarem peixe muito pequeno soltem na mesma hora pra crescer mais. Quando eles saem pra caçar eu sempre aviso: se vocês pegarem mucura e ela estiver prenha, não mata, solta ela porque se não vai acabar a caça, a gente tem que prevenir (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É notório que o saber de um agir preventivo é fruto da conscientização, ou seja, a partir do momento que o sujeito se conscientiza de que determinada ação pode prejudicar as futuras gerações, ele se antecipa, por meio da adoção de medidas que criam condições para que não ocorram situações de escassez. Ele age na natureza com mecanismos antecipatórios, avaliando e mitigando os aspectos ambientais negativos que possam surgir e, dessa forma, antecipa a ocorrência de qualquer dano, por meio de um agir prudente e cuidadoso.

Como afirma Milaré (2000), este princípio representa a mudança da visão produtiva que por muito tempo foi dominante entre nós, a visão de produzir a qualquer custo. As agressões ao meio ambiente, ressalta a autora, quando não são irreparáveis são de reparação difícil, e, demandam muito tempo. Por esta razão, surge a necessidade de se afastar determinados riscos de algumas atividades para assegurar a integridade das gerações atuais e futuras. A prevenção precisa ser uma prática e postura assumida em relação ao meio ambiente e precisa prevalecer em relação a qualquer outra ação. O que implica conscientizar-se para atuar orientando-se pela prudência e cuidado.

Alguns entrevistados revelaram em suas narrativas algumas dificuldades que limitam muitas vezes a atuação de um agir preventivo na comunidade, como por exemplo, a questão econômica que está relacionada principalmente com as dificuldades de sobrevivência.

Se a gente tivesse acesso ao PRONAF seria muito melhor, porque muitas vezes a gente quer fazer tudo direitinho, muitas

vezes a gente não quer tirar o palmito no inverno, mas a condição aperta, a gente tem que tirar, porque se não os nossos filhos passam fome. E se a gente tivesse acesso ao crédito dava pra gente ficar se mantendo e trabalhando com os nossos filhos até passar o inverno, não era preciso comprar fiado, ainda tem tudo isso, porque, por exemplo, quando chega o inverno que a coisa pega a gente fica devendo pra pagar no verão, e se a gente tivesse o crédito, quando chegasse a safra a gente pagava tranquilo e ainda sobra pra comer no inverno (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É evidente na narrativa do entrevistado que a falta de acesso ao crédito oficial e com juros menores como o PRONAF², dificulta a sobrevivência desses sujeitos, principalmente no período da entressafra do açaí, quando as dificuldades são maiores. Conseqüentemente, é possível que esta situação contribua para alguns casos de dano ambiental, como aquele relatado pelo entrevistado, o qual devido à necessidade financeira, é obrigado a retirar o palmito do açazal, desertificando a floresta.

A declaração também demonstra a situação insustentável em que esses sujeitos vivem pela falta de uma intervenção estatal com políticas públicas que venham garantir direitos constitucionais capazes de assegurar o exercício pleno de cidadania aos ribeirinhos abaetetubenses, apresentando soluções e alternativas que lhes possibilitem enfrentar essa situação de modo ambientalmente ético.

Diante disso, se torna necessário um processo educativo que contribua para a construção de uma subjetividade que considere os princípios éticos que fundamentam aquilo que Morin (1988, p. 24) chama de “relação trinária indivíduo/espécie/sociedade” a qual permite que os sujeitos consigam ter uma visão do todo (a realidade em que vivem), para o enfrentamento de conflitos e a busca de possibilidades a partir da dimensão ética do fazer diário e da responsabilidade social que compete a cada um de nós.

Considerações finais

Os resultados revelam que as ações desenvolvidas pelo Moriva têm um papel pedagógico importante na formação da consciência política. As práticas e

² **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, criado pelo governo Federal com o objetivo de ajudar os pequenos agricultores.

saberes gestados nas ações são coincidentes em mostrar que essa consciência política é imprescindível para a garantia do direito a tudo que pode contribuir para a melhoria das condições básicas de sobrevivência dos sujeitos.

Revelam também que os saberes ambientais quando refletidos no contexto das lutas sociais, tomam uma nova proporção, adentram em outro universo, em que o termo passa a nomear um campo de preocupações e ações sociais que caminham em direção à sustentabilidade ambiental e a justiça social, em outras palavras, eles se tornam um instrumento de educação política.

Dessa forma, a relação entre Educação Ambiental e Movimentos Sociais que se configura nas experiências de luta e formação do Moriva, sustenta a construção de outra lógica de relação sociedade e natureza pautada nos princípios da sustentabilidade socioambiental e dos recursos naturais. Além disso, revela outros formatos de processos educativos no campo socioambiental presentes no contexto ribeirinho, na região do Baixo Tocantins. Esses processos educativos protagonizados pelo Movimento Social (Moriva) se voltam para a organização interna e externa, agregando coletividade de pessoas que compartilham desejos e carências comuns, pessoas detentoras de saberes que podem contribuir para a construção de um projeto local de sustentabilidade dos recursos naturais na região.

Referências

ANDERSON, A. B.; IORIS, E. M. **A lógica do extrativismo**: manejo de recursos e geração de renda por produtores extrativistas no estuário amazônico. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001. p. 163-179.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BODGAN, R.; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma Introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BRANDÃO, Carlos R. **Educação popular**. Brasiliense, 1984.

CALDART, Roseli Salete. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. In: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 23ª reunião anual 24 a 28 de setembro de 2000, Caxambu, MG. Disponível em <http://www.anped.org.br/1408t.htm>, acesso em 16, mar. 2002.

CARTILHA CPT. **Memória e Revitalização Identitária de Abaetetuba**. 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental e Movimentos Sociais**: elementos para uma história política do campo ambiental. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 9, n. 16-17, p. 46-56, 2001.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Vol. 1. São Paulo – SP, Ed. 34, 1995.

DIÉGUES, A. Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FERREIRA, C. L. R.; PEREIRA, K. A., & LOGAREZZI, A. M. (2020). **Educação ambiental dialógico-crítica e educação do campo**: buscando caminhos contra hegemônicos. Ambiente & Educação, 25(2), 417–447.

<https://doi.org/10.14295/ambeduc.v25i2.1151>

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental**: no consenso, um embate? Campinas: Papirus, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1974.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.;

MACHADO, Jorge. **História de Abaetetuba**. Com referenciais na história social e econômica da Amazônia. Edições Alquimia, Belém, 2008.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Marinês de Maria Ribeiro. Práticas educativas e saberes ambientais em ações do movimento dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba e sua relação com a sustentabilidade dos recursos naturais da Ilha Quianduba.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**: Um Discurso sobre as Ciências Revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

SILVA, Maria das Graças da. Práticas Educativas Ambientais, Saberes e Modos de Vida Locais. **Revista Cocar**, V 01 nº 1 jan/jun 2007.

_____. Pedagogia da resistência e o discurso socioambiental: outro protagonismo da educação do campo. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 30, n. 61, p. 123-137, jan./mar. 2021.